



**RESOLUÇÃO nº603/2024.  
De 22 de agosto de 2024.**

O Presidente do Conselho Universitário (Consuni), Professor Kaio Henrique Coelho do Amarante, no uso de suas atribuições e de acordo com o Parecer Consuni n. 17, de 24 de julho de 2024,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Aprovar o Projeto do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* Especialização em Direito e Processo do Trabalho, da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), conforme anexo.

**Art. 2º** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Kaio Henrique Coelho do Amarante  
**Presidente do CONSUNI**



**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE**  
**PRÓ- REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**

**LAGES**

**2024**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....</b>	<b>4</b>
1.1	Curso.....	4
1.2	Modalidade.....	4
1.3	Grande Área do Conhecimento.....	4
1.3.1	Área do Conhecimento.....	4
1.3.2	Subárea do Conhecimento.....	4
1.4	Origem do Projeto.....	4
1.5	Instituições Participantes.....	4
1.5.1	Instituição Promotora.....	4
1.5.2	Instituição Conveniada.....	4
<b>1.6</b>	<b>Regulamentação.....</b>	<b>4</b>
1.7	Local de Realização.....	4
1.8	Autoria do Projeto.....	4
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO.....</b>	<b>4</b>
2.1	Certificação e ou Titulação.....	4
2.2	Número de Turmas.....	5
2.3	Número de Vagas.....	5
2.4	Número Mínimo de Matriculados para o Funcionamento.....	5
2.5	Público-alvo.....	5
2.6	Período de Realização do Curso.....	5
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....</b>	<b>5</b>
<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....</b>	<b>6</b>
4.1	Linhas de Pesquisa.....	6
4.2	Objetivo Geral.....	6
4.3	Objetivos Específicos.....	6
4.4	Estrutura Curricular, Número de Créditos, Carga Horária.....	6
4.5	Ementário e Referências Bibliográficas.....	7
<b>5</b>	<b>INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>23</b>
5.1	Infra-estrutura e Funcionamento do Curso.....	23
5.2	Cronograma.....	23
<b>6</b>	<b>TRABALHO DE CURSO - TC.....</b>	<b>23</b>

6.1	Da Elaboração.....	23
6.2	Da Modalidade.....	23
6.3	Do Acompanhamento.....	23
6.4	Da Avaliação.....	23
<b>7</b>	<b>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....</b>	<b>24</b>
7.1	Do Processo de Avaliação de Aprendizagem.....	24
7.2	Do Processo de Avaliação do Curso.....	24
7.3	Da Conclusão do Curso.....	24
7.4	Da Emissão do Certificado.....	24
<b>8</b>	<b>CORPO DOCENTE.....</b>	<b>25</b>
8.1	Disciplina, carga horária, nome do docente, titulação, instituição de origem.....	25
8.2	Currículo <i>lattes</i> resumido dos docentes indicados.....	26
8.3	Identificação da Coordenação do Curso.....	26
8.3.1	Nome do (a) Coordenador (a).....	26
8.3.2	Titulação do (a) Coordenador (a).....	26
8.3.3	Instituição de formação do (a) Coordenador (a).....	26
8.3.4	Endereço do (a) Coordenador (a).....	26
<b>9</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>26</b>
<b>10</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>27</b>

## **1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**1.1 Curso:** Especialização em Direito e processo do Trabalho

**1.2 Modalidade:** Presencial

**1.3 Grande Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas - 6.00.00.00-7

1.3.1 Área do Conhecimento: Direito - 01.00.00-1

1.3.2 Subárea do Conhecimento: Direito do Trabalho 6.01.03.03-5

**1.4 Origem do Projeto:** Coordenação de Pós-Graduação /PROPEPG

**1.5 Instituições Participantes**

1.5.1 Instituição Promotora: Uniplac.

1.5.2 Instituição Conveniada: AMATRA.

**1.6 Regulamentação**

Resolução Consuni nº 186, de 03 de novembro de 2015 e Resolução MEC 001 de 06/04/2018

**1.7 Local de Realização**

Dependências da AMATRA12.

**1.8 Autoria do Projeto e Coordenação**

Nome da Coordenadora: Sabrina Loes Ern

Nome da Coordenadora Adjunta: Patrícia Pereira de Sant'anna

## **2 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO**

## **2.1 Certificação e/ou Titulação**

Especialista em Direito e Processo do Trabalho

## **2.2 Número de Turmas**

01.

## **2.3 Número de Vagas**

40.

## **2.4 Número Mínimo de Matriculados para o Funcionamento**

20

## **2.5 Público-alvo**

Bacharéis em Direito, Economia, Contabilidade, Administração, dentre outras áreas afins.

## **2.6 Período de Realização do Curso**

De acordo com o Edital a ser publicado pela AMATRA

## **3 JUSTIFICATIVA**

A Uniplac , em convênio com a AMATRA12, oferecerá o presente curso a nível de especialização.

O curso visa a aprimorar os conhecimentos dos operadores do Direito e de áreas afins, inclusive para possibilitar maior competitividade aos interessados em concursos para ingresso na magistratura do trabalho.

A realização de cursos desta natureza acarreta sensível melhoria na aplicação da justiça, tanto aos futuros juízes do trabalho, bem como aos advogados e demais profissionais vinculados à área trabalhista.

## **4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **4.1 Linhas de Pesquisa**

Democracia, Cidadania e Sociedade

### **4.2 Objetivos Geral**

Preparação técnico-jurídica e humanística de bacharéis em Direito, interessados em ingressar na carreira da magistratura do trabalho e carreiras afins;

### **4.3 Objetivos Específicos**

- Preparação técnico-jurídica e humanística de bacharéis de Direito e de áreas afins, interessados em aprimorar conhecimentos e habilidades sobre rotinas de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho;
- Orientações sobre as formas de prevenir, conciliar e resolver conflitos de natureza trabalhista;
- Aprimorar o profissional nos aspectos técnicos e práticos para atuar no sistema do PJe, utilizado na Justiça do Trabalho;
- Incentivo à pesquisa e ao debate jurídico e humanístico, visando ao desenvolvimento harmônico do meio social.

#### 4.4 Estrutura Curricular, Número de Créditos, Carga Horária

DISCIPLINAS	Carga horária	créditos
Compliance Trabalhista	8	1
Direito Administrativo	12	1
Direito Constitucional	28	2
Direito Constitucional do Trabalho	8	1
Direito Coletivo do Trabalho	24	2
Direito Individual do Trabalho	64	5
Direito Internacional e Comunitário	12	1
Direito Previdenciário	24	2
Privacidade e Proteção de Dados nas Relações de Trabalho	8	1
Inteligência Artificial e novas tecnologias nas relações de trabalho	8	1
Direito Processual Civil	40	3
Direito Processual do Trabalho	48	4
Direitos Humanos	8	1
Metodologia da Pesquisa	12	1
Direito Civil e Relações de Trabalho	24	2
Técnicas e Habilidades Trabalhistas	24	2
Português jurídico	8	1
<b>Total</b>	<b>360h</b>	<b>30</b>

#### 4.5 . Ementário e Bibliografia das Disciplinas

Compliance Trabalhista	
<b>Carga Horária</b>	8 horas



<b>Ementa</b>	1) Conceito. Pilares. Compliance Trabalhista. 2) Direito comparado. 3) Normas de organização internacional. 4) Ferramentas de compliance: gerenciamento de risco, códigos de conduta, regulamento empresarial, canais de denúncia, treinamentos. 5) Políticas antidiscriminatórias na dispensa de trabalhadores. 6) Políticas de penalidades. 7) compliance digital.
<b>Referências</b>	CARLOTO, Selma. Compliance Trabalhista. 2ª ed. São Paulo: Mizuno, 2020. NEGRÃO, Célia Lima; PONTELO, Juliana. <i>Compliance, controles internos e riscos: A importância da área de gestão de pessoas</i> . 2 ed., SENAC, 2019.

<b>Direito Administrativo</b>	
<b>Carga Horária</b>	12 horas
<b>Ementa</b>	1) Princípios informativos da administração pública. 2) Ato administrativo. 3) Vícios do ato administrativo. 4) Administração Direta e Indireta. 5) Poderes da administração. 6) Responsabilidade civil do Estado. 7) Controle jurisdicional de legalidade dos atos administrativos. 8) Bens públicos: imprescritibilidade e impenhorabilidade. 9) Agentes públicos: servidor público e funcionário público, Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990), direito de sindicalização e direito de greve do servidor público. 10) Improbidade administrativa. 11) Inquérito civil público. Ajustamento de conduta. 12) Serviço público. 13) Lei de Licitações.
<b>Referências</b>	BANDEIRA DE MELO, Celso Antonio. <i>Curso de direito administrativo</i> . 34ª. ed., São Paulo: Malheiros, 2019. 1127 p. CARVALHO, Matheus. <i>Manual de Direito Administrativo</i> . 6. ed., Salvador: JusPodivm, 2019. 1248 p. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito administrativo</i> . 32. ed. ver. atua. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1117 p. GASPARINI, Diogenes. <i>Direito administrativo</i> . 17. ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2012. 1168 p. MEIRELLES, Hely Lopes. <i>Direito administrativo brasileiro</i> . 43. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestro Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2018. 831 p.

<b>Direito Constitucional</b>	
<b>Carga Horária</b>	28 horas
<b>Ementa</b>	1) Constituição. Poder Constituinte. Emenda. Reforma e Revisão Constitucionais. 2) Princípios constitucionais: validade, eficácia e aplicação. Princí-

	<p>pios constitucionais do trabalho. 3) Normas constitucionais. 4) Dos direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais, difusos e coletivos. Tutelas constitucionais das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção e ação popular. Dos direitos sociais. Da associação sindical: autonomia, liberdade de atuação. 5) Constituição e Processo: direito e garantias fundamentais de natureza processual. 6) Princípio da separação dos poderes. Do Poder Legislativo. Do Poder Executivo. Do Poder Judiciário. 6) Do Ministério Público. 7) Advocacia Geral da União. 8) Da Administração Pública. Servidores públicos. Princípios constitucionais. 9) Controle da constitucionalidade das leis. 10) Das finanças públicas. Fiscalização. Responsabilidades. 11) Ordem Social. Seguridade Social. Meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente, do idoso, dos índios. 12) Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.</p>
<b>Referências</b>	<p>BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 32. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2017. 863 p.</p> <p>BRANDÃO, Paulo de Tarso. Ações constitucionais – novos direitos e acesso à justiça. 2. Ed., Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006. 319 p.</p> <p>CANOTILHO, J.J. Gomes – Vital Moreira. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed., Coimbra: Edições Almedina, 2007. 1524 p.</p> <p>GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais. 4 ed. São Paulo: RCS Editora, 2009. 276 p.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 35. ed., São Paulo: Atlas, 2019. 1000 p.</p> <p>SILVA, Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 41. ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2018. 936 p.</p>

<b>Direito Constitucional do Trabalho</b>	
<b>Carga Horária</b>	8 horas
<b>Ementa</b>	<p>1) Constituição e Constitucionalismo no Ocidente. Estado Liberal de Direito; Estado Social de Direito; Estado Democrático de Direito. Caracterização dos paradigmas do constitucionalismo e suas correlações com o Direito do Trabalho e com o Direito da Seguridade Social. 2. Constitucionalização do Direito do Trabalho no constitucionalismo ocidental e no Brasil. A Constituição de 1988 e sua repercussão no Direito do Trabalho brasileiro, individual e coletivo. Princípios humanistas, sociais e democráticos da Constituição de 1988 e sua influência no Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do trabalho na Constituição de 1988. 5. Direitos individuais e sociais trabalhistas e sua inserção na Constituição de 1988.</p>
<b>Referências</b>	DO VALE, Sílvia Teixeira. <i>Curso de Direito Constitucional do Trabalho</i> . 2 ed.

	são Paulo: LTr, 2023.
--	-----------------------

<b>Direito Coletivo do Trabalho</b>	
<b>Carga Horária</b>	24 horas
<b>Ementa</b>	1) Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução. Negociação coletiva. 2) Relações coletivas do trabalho. Entidades sindicais. Liberdade sindical. Unicidade e pluralidade sindical. Convenção nº 87 da OIT. Organização sindical. Modelo sindical brasileiro. Conceito de categoria. Categoria profissional diferenciada. Dissociação de categorias. Membros da categoria e sócios do sindicato. Enquadramento sindical. Representatividade. Desmembramento. 3) Solução de conflitos coletivos: Mediação e arbitragem no Direito do Trabalho. Poder normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio coletivo. Sentença normativa. 4) A greve no direito brasileiro. 5) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista. 6) Prevalência do convencionalizado sobre o legislado. 7) Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho.
<b>Referências</b>	<p>AROUCA, José Carlos. <i>Curso básico de direito sindical</i>. 4ed. são Paulo: Ltr BARROS, Alice Monteiro de. <i>Curso de direito do trabalho</i>. 11. ed., São Paulo: LTr, 2017. 904 p.</p> <p>CARVALHO, Augusto César Leite de. <i>Direito do trabalho: curso e discurso</i>. 5ª. Brasília:Venturolli, 2023.</p> <p>COSTA, Marcelo Freire Sampaio. <i>Curso de processo coletivo do trabalho: em consonância com a reforma trabalhista</i>. São Paulo: LTr, 2018. 300 p.</p> <p>LISBOA, Daniel (Org.); MUNHOZ, José Lúcio. <i>Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho: artigo por artigo</i>. 2. ed. rev. aum. atual. São Paulo, LTr, 2019. 632 p.</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. <i>Direito do trabalho</i>. 34. ed., São Paulo: Atlas, 2018. 1336 p.</p> <p>SANTOS, Ronaldo Lima dos. <i>Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos</i>. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2019, 428 p.</p>

<b>Direito Individual do Trabalho</b>	
<b>Carga Horária</b>	64 horas

**Ementa**

1)Direito do Trabalho: conceito, autonomia, fundamentos, formação histórica, tendências atuais. Flexibilização. Desregulamentação. 2) Fontes do Direito do Trabalho. Limitações à interpretação jurídica pela Justiça do Trabalho (Lei 13.467/2017). 3) Interpretação, integração e aplicação das normas trabalhistas. Equidade. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido. Segurança jurídica: dimensões. 4)Princípios do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido. Segurança jurídica. 5) Relação de trabalho e relação de emprego Distinção. Relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. Portuário. Estágio. Cooperativas de mão-de-obra. Contratos de trabalho por equipe. Contratos de Trabalho com o Estado. Trabalho voluntário. 6) Empregado e Empregador. Empregado doméstico. Empregado rural. Responsabilidade do sócio retirante. Pessoa jurídica unipessoal. Empresa e estabelecimento. Grupo econômico para fins trabalhistas. Situações de responsabilização empresarial. Os Cartórios. Sucessão de empregadores. Consórcio de empregadores. Empregador doméstico. Empregador rural. 7) Contrato de emprego: espécies, requisitos. Prazo determinado e indeterminado. Trabalho intermitente. Invalidade do contrato de emprego: caracterização. Nulidades: total e parcial. Trabalho ilícito e trabalho proibido. Efeitos da declaração de nulidade 8) Terceirização no Direito do Trabalho. Trabalho temporário. Lei 6.019/74. Responsabilidades. 9)Trabalho da criança e do adolescente. Normas de proteção ao trabalhador adolescente. Limites à contratação. Direitos do estagiário e do aprendiz. 10)Direito antidiscriminatório: Normas de proteção à pessoa da mulher e ao seu trabalho. O princípio da igualdade e as medidas antidiscriminatórias e/ou inclusivas da mulher no contexto trabalhista. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero. Normas de proteção à pessoa contra o racismo e ao seu trabalho. O princípio da igualdade e as medidas antidiscriminatórias e/ou inclusivas de pessoas integrantes da população negra (pretos e pardos) no contexto trabalhista. Normas de proteção à pessoa com deficiência e ao seu trabalho. 11) Efeitos do contrato de emprego: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos conexos do contrato: direitos intelectuais; invenções do empregado; indenizações por dano material, moral e estético; indenização por dano existencial. Os poderes do empregador no contrato de emprego: diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar 12) Duração do trabalho. Jornada de trabalho e horário de trabalho. Trabalho extraordinário. Tempo à disposição do empregador. Sobreaviso. Prontidão. Formas de controle da jornada. Trabalho extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas in itinere. Empregados excluídos do direito a horas extras. Jornadas especiais de trabalho de categorias profissionais. Trabalho externo, ao trabalho em domicílio e teletrabalho. 13) Períodos de descanso. Repouso intrajornada e interjornada. Repouso semanal e em feriados. Férias individuais e coletivas. 14) Remuneração e salário. Gorjetas. Classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Salário básico. Abonos. Adicionais. Gratificação. Comissões. Prê-

	<p>mios. 13º salário. Parcelas não salariais. Diárias. Ajuda de custo. Participação nos lucros. Proteção ao salário. Isonomia constitucional e legal e o princípio da igualdade de salário. Equiparação salarial. Desvio de função. Acúmulo de função. Proteções antidiscriminatórias. 15) Alteração do contrato de emprego. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho. 16) Cessação do contrato de emprego. Modalidades e efeitos. Estabilidade e garantias provisórias de emprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego. Término por iniciativa do empregador, sem justa causa e por justa causa. Hipóteses de falta grave. Término por iniciativa do empregado: pedido de demissão e rescisão indireta. Aviso prévio. 17) Prescrição e decadência no direito de trabalho, inclusive sobre parcelas não trabalhistas: regras aplicáveis. 18) Saúde e higiene e Segurança do trabalho. Labor em circunstâncias agressoras à saúde e à segurança do empregado. Insalubridade e Periculosidade. Trabalho noturno. Promoção de meio ambiente saudável. Redução dos riscos inerentes ao trabalho. Obrigações patronais. 19) Acidente de trabalho. Doenças profissionais e doenças do trabalho. Normas regulamentadoras do MTE. Perda da capacidade laboral do trabalhador. 20) Direito Ambiental do Trabalho: fontes, princípios, peculiaridades, consequências jurídicas. Trabalho escravo contemporâneo: conceito, caracterização, formas e penalidades. 21) Indisponibilidade de direitos. Renúncia e transação no Direito do Trabalho. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>BOMFIM, Volia. <i>Direito do trabalho</i>. , 19 ed. São Paulo: Método, 2022.</p> <p>CAMINO, Carmen. <i>Direito individual do trabalho</i>. 4. ed., Porto Alegre: Síntese Editora, 2004. 570 p.</p> <p>CARVALHO, Augusto César Leite de. <i>Direito do trabalho: curso e discurso</i>. 5ª. Brasília: Venturolli, 2023.</p> <p>DELGADO. Maurício Godinho. <i>Curso de direito do trabalho</i>. 1. ed., São Paulo: LTr, 2020. 1773 p.</p> <p>DELGADO. Maurício Godinho. <i>A reforma trabalhista no Brasil. Com os comentários à Lei 13.467/2017</i>. São Paulo, LTR, 2017. 381 p.</p> <p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. <i>Curso de direito do trabalho</i>. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 936 p.</p> <p>LISBOA, Daniel (Org.); MUNHOZ, José Lúcio. <i>Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho: artigo por artigo</i>. 2. ed. rev. aum. atual. São Paulo, LTr, 2019. 632 p.</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. <i>Direito do trabalho</i>. 34. ed., São Paulo: Atlas, 2018. 1336 p.</p> <p>PLÁ RODRIGUES, Américo. <i>Princípios de direito do trabalho</i>. Tradução de Wagner Giglio. São Paulo: LTr, 1993. 315 p.</p> <p>SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. <i>Instituições de direito do trabalho</i>. 20. ed., São Paulo: LTr, 2002. 1574 p.</p>

<b>Direito Internacional e Comunitário</b>	
<b>Carga</b>	12 horas

<b>Horária</b>	
<b>Ementa</b>	1) Sujeitos do Direito Internacional Público: Estados e Organizações Internacionais. 2) Órgãos das relações entre os Estados: agentes diplomáticos; representantes consulares; convenções de Viena de 1961 e 1963; as Missões Especiais. 3) A Imunidade de Jurisdição dos Estados. Imunidade de Execução. 4) Atividades do Estrangeiro no Brasil: limitações (constitucionais); imigração espontânea e dirigida. 5) Tratados Internacionais: vigência e aplicação no Brasil. 6) Organização Internacional do Trabalho: história; órgãos; papel da Comissão de Peritos e do Comitê de Liberdade Sindical. Convenções e Recomendações Internacionais do Trabalho: vigência e aplicação no Brasil. 7) OMC e concorrência internacional. "Dumping Social", "Cláusula Social" e "Selo Social". Padrões trabalhistas mínimos. 8) Aplicação de lei trabalhista estrangeira: os princípios da <i>lex loci executionis</i> e de <i>locus regit actum</i> . Direito comunitário: conceito e princípios e orientações sociais. Mercosul, Nafta e União Européia: constituição, estrutura, principais normas em matéria social. Livre Circulação de Trabalhadores: normas processuais do Mercosul. 9) O controle jurisdicional da convencionalidade
<b>Referências</b>	ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 24ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2019. 976 p. MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2015. 926 p. REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2014. 440 p. SÚSSEKIND, Arnaldo. Direito internacional do trabalho. 3. ed., São Paulo: LTr, 2000. 449 p.

<b>Direito Previdenciário</b>	
<b>Carga</b>	24 horas
<b>Horária</b>	
<b>Ementa</b>	1) Seguridade social: conceito e princípios constitucionais. 2) Da organização da seguridade social. 3) Do custeio da seguridade social: sistema de financiamento, contribuições, isenções, remissão e anistia. Hipótese de incidência de contribuição. Arrecadação e recolhimento das contribuições. Responsabilidade pelo recolhimento. Prescrição e decadência. 5) Previdência social: conceito e princípios. Beneficiários e prestações da previdência social. Benefícios. Elementos básicos de cálculo do valor dos benefícios. Acidente do trabalho. Auxílio-doença. Aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente. Espécies de acidente do trabalho. 6) Nexo de causalidade. Nexo técnico epidemiológico. Comunicação de acidente de trabalho – CAT. Estabilidade acidentária. Responsabilidade pelo meio ambiente do trabalho. Ações regressivas. 7) Seguro-desemprego. Cumulação de benefícios e

	prescrição. Cômputo de tempo de contribuição. 8) Competência jurisdicional em matéria previdenciária. Regra geral e regra de transição. Contribuições. Aposentadorias e pensão. Previdência complementar. 9) Reforma previdenciária. 10) Perícia previdenciária. Recursos e jurisprudência, na esfera administrativa da Previdência Social. 11) Demandas previdenciárias.
<b>Referências</b>	BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 8. ed., São Paulo: LTr, 2016. 167 p. BOLLMANN, Vilian. Hipótese de incidência previdenciária e temas conexos. São Paulo: LTr, 2005. 152 p. CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 20 ed., São José: Conceito Editorial, 2017. 987 p. LUGON, Luiz Carlos de Castro. LAZZARI, João Batista. Curso modular de direito previdenciário. Florianópolis: Conceito. 2007. 688 p. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 36. ed., São Paulo: Atlas, 2016. 536 p. MELO, Raimundo Simão de (Coord.); ROCHA, Cláudio Jannotti da. Constitucionalismo, trabalho, seguridade social e as reformas trabalhista e previdenciária. São Paulo: LTr, 2017. 558 p.

<b>Privacidade e Proteção de Dados nas Relações de trabalho</b>	
<b>Carga Horária</b>	8 horas
<b>Ementa</b>	1) princípios e sujeitos da Lei geral de proteção de dados (lei 13.709/18) – LGPD, dados pessoais e dados pessoais sensíveis; 2. Bases legais para tratamento de dados e os riscos do consentimento; 3. Incidência da LGPD na seleção e contratação de empregados, no desenvolvimento do contrato e na extinção e a importância do compliance; 4. Responsabilização civil do controlador; 5. Tratamento de dados pelo Poder Judiciário; 5. Penalidades pelo descumprimento da LGPD.
<b>Referências</b>	CARLOTO, Selma. <i>Lei geral da proteção de dados</i> . 4ª. Ed. São Paulo: Ltr., 2023. LIMA, Fabrício e outros (coord). <i>LGPD nas relações de trabalho</i> . Brasília: Venturolli, 2023

<b>Inteligência Artificial e novas tecnologias nas relações de trabalho</b>	
<b>Carga</b>	8 horas

<b>Horária</b>	
<b>Ementa</b>	1) aspectos gerais da inteligência artificial e aplicação no Poder Judiciário; 2) Inteligência artificial e impacto no futuro do trabalho: uso de tecnologias e o trabalho humano; 3) plataformas digitais e gerenciamento algorítmico; discriminação algorítmica na gestão de relações de trabalho; 4) limites éticos da inteligência artificial.
<b>Referências</b>	CARLOTO, Selma(org). Inteligência artificial nas relações de trabalho. São Paulo: Mizuno, 2022. PASOLD, Andrea M. L. SILVA, Aurélio Miguel Bowens da (org). ESG, Tecnologia e Trabalho. 2ª ed. Porto Alegre: Paixão Editores, 2023.

<b>Direito Processual Civil</b>	
<b>Carga Horária</b>	40 horas
<b>Ementa</b>	1) Normas fundamentais do Processo Civil. Princípios. 2) Jurisdição e competência. Cooperação judicial. Conflito de competência. Auxílio direto. Carta rogatória. 3) Ação e pretensão. Condições da ação. 4) Processo. Relação jurídica processual e relação jurídica material. Objeto do processo. Processo e procedimento. Tipos de processo. 5) Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais. Efetividade do processo. 6) Sujeitos da relação processual. Conciliadores e mediadores. Advogados. Defensoria Pública. Ministério Público. Advocacia Pública. Capacidade de ser parte e de estar em Juízo. Legitimação ordinária e extraordinária: substituição processual. Gratuidade de justiça. O Juiz. Intervenção de terceiros. Assistência. 7) Atos e procedimentos processuais. Procedimentos e ações especiais. Prazos. Despesas processuais. Honorários. 8) Tutelas provisórias. 9) Petição inicial: requisitos e vícios. Pedido. Cumulação de pedidos. Processos estruturais. 10) Resposta do réu: defesa direta e indireta. Reconvenção. Revelia. Conexão e continência de causa. Carência de ação. Litispendência. Julgamento conforme o estado do processo. 11) Audiência. Prova. Meios de prova. Ônus da prova. Iniciativa probatória do juiz e apreciação da prova. Prova emprestada. Indício e presunções. 12) Formas alternativas para solução dos conflitos: mediação, arbitragem e o modelo multiportas. 13) Sentença. Requisitos. Coisa julgada e preclusão. 14) Recursos: disposições gerais. Princípios. Espécies. Recurso adesivo. Reexame necessário. Embargos de declaração. Recurso extraordinário e recurso especial. Reclamação. Súmula vinculante. 15) Sistema de Precedentes e o direito brasileiro. 16) Fase de cumprimento da sentença. Processo de execução. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Responsabilidade patrimonial. Bens impenhoráveis. Obrigações de fazer e não fazer. Execução contra a Fazenda Pública; 17) Repercussão geral. 18) Efeitos dos avanços tecnológicos so-



	bre o processo.
<b>Referências</b>	<p>ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008b.</p> <p>ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.</p> <p>DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2015. v.1.</p> <p>DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; Daniel Alexandria de Oliveira. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2015. v.2.</p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria geral do novo processo civil. Salvador: JusPodivm, 2019.</p> <p>KEUNECKE, Manoella. Convenções processuais no processo do trabalho. Londrina: Thoth, 2021.</p> <p>MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, DANIEL. Novo curso de processo civil: teoria do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. v.1.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, DANIEL. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. v.2.</p> <p>SILVA, Bruno Freire e. O novo CPC e o processo do trabalho I: parte geral. São Paulo: LTr, 2015.</p> <p>TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018a.</p> <p>TARTUCE, Fernanda. Mediação de conflitos: proposta de Emenda Constitucional e tentativas consensuais prévias à jurisdição. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, ano. 14. n. 82, p. 5-21, jan./fev. 2018b.</p> <p>ZANETI JUNIOR, Hermes; CABRAL Tricia Navarro Xavier (coord.). Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2018</p>

<b>Direito Processual do Trabalho</b>	
<b>Carga Horária</b>	48 horas
<b>Ementa</b>	1) Princípios. Fontes. Autonomia. Singularidades do Direito Processual do Trabalho. Interpretação. Integração. Eficácia. Aplicação supletiva e subsi-

	<p>diária do CPC no Direito Processual do Trabalho. Direito Intertemporal. 2) Organização da Justiça do Trabalho. 3) O Ministério Público do Trabalho. Inquérito civil público. 4) Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de competência. Homologação de Acordo Extrajudicial. 5) Ação Trabalhista. Partes, procuradores, representação, substituição processual. Assistência judiciária. Justiça gratuita. <i>Jus postulandi</i>. Mandato tácito. 6) Atos, termos e prazos processuais. 7) Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no Processo do Trabalho: princípios, arguição, declaração e efeitos. Preclusão. 8) Processo virtual e práticas processuais eletrônicas. 9) Dissídio individual: procedimento comum e sumaríssimo. 10) Petição inicial: requisitos, liquidação dos pedidos, emenda, aditamento, indeferimento. 11) Tutelas provisórias no Processo do Trabalho. 12) Resposta do reclamado. Revelia. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção. 13) Provas no processo do trabalho. Depoimento pessoal. Documental. Testemunhal. Pericial. Inspeção judicial. Ônus da prova. 14) Honorários periciais. Honorários advocatícios. Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e o INSS. 15) Recursos. Princípios, pressupostos de admissibilidade, procedimentos, efeitos. Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração. Recurso adesivo. Recurso de revista. 17) Liquidação de sentença. Execução Trabalhista. Por impulso oficial e por iniciativa das partes. Impugnação aos cálculos. Mandado de citação. Penhora. Aplicação supletiva e subsidiária do CPC à execução trabalhista. Embargos à Execução. Exceção de pré-executividade. Embargos de Terceiro. Fraude à execução. Expropriação dos bens do devedor. Desconsideração da personalidade jurídica. Arrematação. Adjudicação. Remição. Execução contra a Fazenda Pública. Execução das contribuições previdenciárias. 18) Inquérito para apuração de falta grave. 19) Mandado de segurança individual e coletivo. 20) Ações civis admissíveis no processo trabalhista: ação de consignação em pagamento, ação de prestação de contas, mandado de segurança, ação monitória, ação anulatória. 21) Ação civil pública. Ação civil coletiva. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência. 22) Ação de cumprimento. 23) Ação rescisória no processo do trabalho. 24) Correição parcial. Reclamação à instância superior. 25) Lei nº 13.015/2014. 26) Jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho. Posicionamentos do TST acerca da Reforma Trabalhista produzida pela Lei 13.467/2017. 26) Teoria dos Precedentes. Súmulas, Orientações Jurisprudenciais. Precedentes. Jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal. Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho. Incidente de uniformização da jurisprudência. Incidente de resolução de demandas repetitivas.</p>
<b>Referências</b>	<p>ABDALA, Vantuil. "Pressupostos intrínsecos de conhecimento do recurso de revista". Revista do Tribunal Superior do Trabalho. [S.l.], v. 65, n. 1, p.41-54, 1999.</p> <p>ALMEIDA, Isis de. Manual de direito processual do trabalho. 9. ed., atual. e</p>

ampl. São Paulo: LTr, 1998, 2 volumes.

AMORIM FILHO, Agnelo. “Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis”. Revista dos Tribunais. [S.l.], v. 94, n. 836, p.733-763, 2005.

BATISTA, Homero. CLT comentada. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2022. 800 p.

BEBBER, Júlio César. “Desconsideração da personalidade jurídica, recuperação judicial e falência: competência da Justiça do Trabalho”. Rev. Trib. Trab. 2. Reg., São Paulo, v. 15, n. 29, p. 151-164, jan./jun. 2023, p. 151-164.

BEBBER, Júlio César. “O incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência no processo do trabalho”. In: PRITSCH, Cesar Zucatti et al (coord.). Precedentes no processo do trabalho: teoria geral e aspectos controvertidos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 419-453.

CALCINI, Ricardo; GUIMARÃES, Rafael; JAMBERG, Richard Wilson. Execução trabalhista na prática. 2. ed. rev. atua. reorg. ampl. Leme: Mizuno, 2022. 1.309 p.

CHAVES, Luciano Athayde (org.). Curso de Processo do Trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2012. 1360 p.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 30. ed. ref. São Paulo: Malheiros, 2014. 448 p.

DELGADO, Mauricio Godinho (coord.). A efetividade da execução trabalhista. Brasília: ENAMAT, 2023.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004, 4 volumes.

FAVA, Marcos Neves. Ação civil pública trabalhista. São Paulo, LTr, 2008, 198 p.

FAVA, Marcos Neves. “Teoria geral das nulidades”. In: CHAVES, Luciano Athayde (org.). Curso de Processo do Trabalho. São Paulo : LTr, 2012. p. 574-590.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. “A função revisora dos tribunais na perspectiva histórica e jurisdicional: o direito de recorrer. Origens e limites externos”. Revista LTr – Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 80, n. 05, p. 545-554, maio 2016.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. “Assédio e inversão do ônus da prova: breves considerações”. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. São Paulo, v. 83, n. 2, p. 127-170, abr./jun. 2017.

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. 16. ed. rev. ampl. e adap. São Paulo: Saraiva, 2007. 640 p.

GRILLO, Marcelo Gomes Franco. Direito processual e capitalismo. São Paulo: Outras Expressões, 2017. 181 p.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. 1256 p.

LISBOA, Daniel; MUNHOZ, José Lúcio (Orgs.). Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho: artigo por artigo. 2. ed. rev. aum. atual. São Paulo, LTr, 2019. 632 p.

LISBOA, Daniel; LIMA, Fernanda Endler. “Juros e correção monetária dos créditos trabalhistas na jurisprudência recente do STF: uma análise econômica-jurídica”. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8. Região, Belém, v. 54, n. 106, p. 149-156, jan./jun. 2021.

MALLET, Estevão. “Oposição à execução fora dos embargos e sem garantia do juízo”. Revista LTr - Legislação do Trabalho. Sao Paulo, v. 66, n. 7, p.801-811, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIEIRO, Daniel. Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2018, 4 volumes.

MENEZES, Cláudio Armando Couce de. “Breves notas sobre a intervenção de terceiros no processo civil e no processo do trabalho”. Revista de direito do trabalho, São Paulo, n. 90, p. 9- 23, jun. 1995.

MORAES, Reinaldo Branco de. As faces da causa madura no CPC/2015 e sua ampliação ao processo laboral nas instâncias originárias e recursal. *In*: CLAUS, Ben-Hur Silveira (coord.).

A teoria da causa madura no processo do trabalho: um debate nacional. São Paulo: LTr, 2019. p. 139-160.

OLIVEIRA, Daniel Natividade Rodrigues de. “A querela de nulidade no processo do trabalho”. *In*: CANDEMIL, Alexandra da Silva (coord.). Curso de direito material e processual do trabalho e visão moderna dos direitos sociais. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. p. 675-685.

PIZZOL, Patrícia Miranda. “Coisa julgada nas ações coletivas”. Grupo de pesquisa: Tutela Jurisdicional dos Direitos Coletivos (PUC-SP). Disponível em:  
<[http://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/artigo\\_patricia.pdf](http://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/artigo_patricia.pdf)>.

PRITSCH, Cesar Zucatti *et al* (coord.). Precedentes no processo do trabalho: teoria geral e aspectos controvertidos. São Paulo: Thomsom Reuters Brasil, 2020. 777 p.

SANTOS, José Aparecido dos. Curso de cálculos de liquidação trabalhista – dos conceitos à elaboração das contas. 5. ed. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2017. 703 p.

SANTOS, José Aparecido dos. “Teoria geral das provas e provas em espécie”. *In*: CHAVES, Luciano Athayde (org.). Curso de Processo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012. p. 638-711.

SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho: de acordo com o novo CPC, Reforma Trabalhista - Lei N. 13.467/2017 e a MP N.808/2017. 13. ed. São Paulo: LTr, 2018. 1600 p.

SEVERO, Valdete Souto. Contribuições para uma teoria geral do processo do trabalho. Campinas: Lacier, 2023, 318 p.

SILVA, Alessandro da. “Ainda a correção monetária dos débitos trabalhistas: a inconstitucionalidade da TR, a adoção do IPCA-E e o respeito à coisa julgada”. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, v.19, p.63 - 84, 2016.

SILVA, Alessandro da; FAVA, Marcos Neves. “Competência da justiça do trabalho para julgar os litígios entre o poder público e servidores temporá-

	<p>rios: análise e crítica das decisões do Supremo Tribunal Federal”. Revista Trabalhista - Direito e Processo. Rio de Janeiro, 8, 32, p. 69-80, out./dez. 2009.</p> <p>SILVA, Alessandro da; FAVA, Marcos Neves. “Critérios de aferição da incidência da reforma do processo civil ao processo do trabalho”. In.: CHAVES, Luciano Athayde (org.). Direito processual do trabalho: reforma e efetividade. São Paulo: LTr, 2007. p. 125-150</p> <p>SILVA, Alessandro da. “O papel da prova pericial na investigação do nexa causal nas ações de indenização por doenças ocupacionais”. LTr. Suplemento Trabalhista, v.008, p.23 - 28, 2017.</p>
--	--

<b>Direitos Humanos</b>	
<b>Carga Horária</b>	8 horas
<b>Ementa</b>	<p>1) Direitos humanos: conceito, fundamentos filosóficos e evolução histórica; abrangência do conceito. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Gerações ou dimensões de direitos humanos. Fontes dos Direitos Humanos. Incorporação dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. 2. Características dos Direitos Humanos. 3. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 4. Dimensões dos Direitos Humanos. 5. Positivação dos Direitos Humanos. 6. Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e a relação de trabalho. Os Direitos Humanos Sociais. 7. Os tratados internacionais sobre Direitos Humanos e Constituição da República. Tratado da ONU e da OEA. 8. Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica.</p>
<b>Referências</b>	

<b>Metodologia da Pesquisa</b>	
<b>Carga Horária</b>	12 horas
<b>Ementa</b>	<p>1) Aspectos iniciais sobre conhecimento e pesquisa. 2) Referente, Categoria e Conceito Operacional. 3) Fases da pesquisa. 4) Monografia e artigo científico. 5) Elaboração do projeto de TCC. 6) Estrutura do TCC. 7)</p>

	Normas técnicas de elaboração do TCC.
<b>Referências</b>	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.</p> <p>COLZANI, Valdir Francisco. Guia para redação do trabalho científico. Curitiba: Juruá, 2002. 203 p.</p> <p>LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 7. ed., rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 542 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2008. 315 p.</p> <p>MIESSA, Élison (Org.). Guia de direito e processo do trabalho para monografias TCC e pós-graduação. Salvador: Juspodivm, 2018. 672 p.</p> <p>PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e metodologia da pesquisa jurídica. 10. ed. rev. e ampl., Florianópolis: OAB/SC, 2007. 247 p.</p> <p>REIZ, Pedro. Manual de Técnicas da Redação Científica. 4. ed., São Paulo, Editora Hyria, 2017.</p>

<b>Direito Civil e Relações de Trabalho</b>	
<b>Carga Horária</b>	24 horas
<b>Ementa</b>	<p>1) Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. Vigência, validade e eficácia das normas. Conflito de normas no tempo e no espaço. Integração e interpretação da lei. Métodos de interpretação. Analogia. Costumes. Princípios Gerais do Direito. Equidade. Revogação, derrogação e ab-rogação. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada. Consequencialismo. 2. Pessoas. Pessoas naturais: personalidade e capacidade, modalidades e modificações. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas: espécies, personificação, direitos e obrigações. Sucessão da pessoa jurídica. Associações. Fundações. Grupos jurídicos não personificados. Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidades. Domicílio e residência. 3. Fatos jurídicos. Negócios e atos jurídicos. Definições, espécies, pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidades. Modalidades dos negócios jurídicos. Teoria das nulidades. Atos ilícitos. Boa-fé objetiva e subjetiva. 4. Prescrição e decadência. 5. Obrigações. Conceito, elementos constitutivos, modalidades, transmissão, adimplemento e extinção. Obrigações líquidas e ilíquidas. Cláusula penal. Inadimplemento. Responsabilidade extracontratual. Teoria da imprevisão. 6. Contratos. Disposições gerais. Extinção. Exceção do contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. 7. Enriquecimento sem causa.</p> <p>8. Teoria Geral da Responsabilidade Civil. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. Ato ilícito e culpa. Nexo causal. Excludentes. 8. Dano praticado por empregado, preposto ou terceirizado. 9) Responsabilidade</p>

	do empregador: teoria; espécies subjetiva e objetiva. Nexos causal. Concausalidade. Excludentes. Reparação do dano. Danos morais, materiais e estéticos. Pensionamento. Riscos ergonômicos. 10) Danos nas relações de trabalho. Assédio moral. Assédio sexual, assédio eleitoral ou assédio religioso no ambiente laborativo. Discriminação nas relações de trabalho: fase contratual, pré-contratual e pós-contratual; fatores discriminatórios. Responsabilidade do empregador. Reparações e indenização. A perda de uma chance.
<b>Referências</b>	<p>BRANDÃO, Cláudio. Responsabilidade civil do empregador. 2. ed., São Paulo: LTr, 2007. 383 p.</p> <p>CHAMONE, Marcelo Azevedo. Responsabilidade civil nas relações de emprego por acidente ou doença relacionados ao trabalho. São Paulo: LTr, 2016. 117 p.</p> <p>DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Responsabilidade civil no direito do trabalho. 5. Ed., São Paulo: LTr, 2014. 461 p.</p> <p>LUCENA JUNIOR, Hamilton Novo. Responsabilidade civil no direito do trabalho: análise de casos práticos. Salvador: JusPodivm, 2018. 256 p.</p> <p>MEIRELES, Edilton. Abuso do direito na relação de emprego. São Paulo: LTr, 2005. 272 p.</p> <p>MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. 3. ed., São Paulo: LTr, 2008. 472 p.</p>

<b>1.1.1 Técnicas e Habilidades Trabalhistas</b>	
<b>Carga Horária</b>	24 horas
<b>Ementa</b>	1) Técnicas de elaboração de petição inicial e peças de defesa; 2) Técnica de audiência trabalhista: Técnicas de conciliação, princípios, provas; Prova documental, testemunhal, pericial. Instrução processual: Depoimento pessoal, inquirição de testemunhas (8h). 3) Elaboração de recursos e atuação nos tribunais (4h) 4) Cálculos trabalhistas (8h)
<b>Referências</b>	<p>ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 18. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2007. 534 p.</p> <p>CORTEZ, Julpiano Chaves. Prática trabalhista: cálculos. 17. ed., São Paulo: LTr, 2014. 452 p.</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Petição inicial e resposta do réu no processo do trabalho. 2. ed., São Paulo: LTr, 2017. 369 p.</p>

<b>Português Jurídico</b>
---------------------------

<b>Carga Horária</b>	8 horas
<b>Ementa</b>	1) Linguagem jurídica: parâmetros de textualização, características da linguagem jurídica, redação de parágrafos, expressões duvidosas. 2) Noções gramaticais: fonética e fonologia, ortografia, verbos, crase, colocação pronominal e pontuação.
<b>Referências</b>	DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. <i>Curso de português jurídico</i> . 10. ed., São Paulo: Atlas, 2007. 301 p. KASPARY, Adalberto José. <i>Português em exercícios</i> . Porto Alegre: Edita, 1996. _____. <i>O verbo na linguagem jurídica: acepções e regimes</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. MEURER, José Luiz. MOTTA ROTH, Desirré. (Org.) <i>Parâmetros da textualização</i> . Santa Maria: UFSM, 1977. NASCIMENTO, Edmundo Dantes. <i>Linguagem forense: a língua portuguesa aplicada a linguagem do foro</i> . 11. ed., São Paulo: Saraiva, 2007. 348 p. NICOLA, José de; TERRA, Ernani. <i>1001 dúvidas de português</i> . 13. ed., São Paulo: Saraiva, 2002. RODRIGUEZ, Victor Gabriel. <i>Argumentação jurídica Técnicas de persuasão e lógica informal</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005. SARAIVA, Vicente de Paulo. <i>Técnica da redação jurídica ou a arte de convencer</i> . 4. ed., Brasília: Editora Consulex, 2006.

## 5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

### 5.1 Infraestrutura e Funcionamento do curso

Será utilizada uma sala de aula com computador e data show.

### 5.2 Cronograma

De acordo com Edital.

## 6 TRABALHO DE CURSO



## **6.1 Da elaboração (TC)**

Trabalho **individual** a ser desenvolvido na modalidade de artigo científico **ou Estudo de Caso**, a fim de promover a divulgação do conhecimento técnico desenvolvido em parceria com a universidade, acompanhado por professor-orientador com titulação de mestre ou doutor e avaliado por este, com conceito não inferior a “7,0”, ou conceito equivalente. (de acordo com Regimento da Pós-Graduação da Uniplac)

## **6.2 Da Modalidade (TC)**

Cada aluno deverá apresentar Trabalho de Conclusão de Curso, podendo optar mediante formulário escrito pela monografia ou artigo científico, que será avaliado pelo Professor-orientador, com necessidade de obtenção de conceito não inferior a “B”.

## **6.3 Do Acompanhamento (TC)**

Professor orientador com titulação de mestre ou doutor.

## **6.4 Da Avaliação (TC)**

Aprovação do trabalho de curso pelo professor orientador de conteúdo e pelo coordenador do curso, com conceito não inferior a “C”.

# **7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

## **7.1 Processo de Avaliação da Aprendizagem**

O processo de avaliação da aprendizagem seguirá as orientações do Regimento Geral da Uniplac e do Regimento Interno da Pós-graduação.

## **7.2 Processo de Avaliação do Curso**

O curso será avaliado através de instrumentos elaborados conforme exigências legais do MEC pelo Programa Institucional de Avaliação da Uniplac. Ressalta-se que os processos avaliativos são acompanhados e supervisionados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

### **7.3 Da conclusão do curso**

O aluno deverá cumprir o mínimo de setenta e cinco por cento de presença em cada disciplina contemplada pelo currículo do curso, sendo que em todas deverá obter o conceito “C” ou superior, fornecido pelo professor responsável de cada disciplina.

### **7.4 Da Emissão do Certificado**

O Artigo 61 da Resolução Consuni nº186, de 03 de novembro de 2015 determina que os certificados serão registrados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Universitário.

§ 1º Após a conclusão de todos os módulos ou disciplinas com aproveitamento e frequência mínimos exigidos e a aprovação no Seminário de Práticas de Negócios, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento, o aluno fará jus ao Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu*.

§ 2º O aluno que não voltar a se inscrever nos módulos ou disciplinas em que tenha sido reprovado ou não apresentar o Seminário de Práticas de Negócios dentro do prazo estabelecido não terá direito ao Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu*.

§ 3º O aluno reprovado em disciplina (s) ou no Seminário de Práticas de Negócios poderá cursá-los novamente, em outra turma do mesmo curso ou em outro que proporcione equivalência de estudos para fins de aproveitamento e conclusão.

§ 4º No caso de o aluno não concluir o Seminário de Práticas de Negócios, poderá requerer certificado de curso de extensão.

§ 5º Ao concluinte de disciplina (s) isolada (s) será conferido certificado de disciplina isolada com registro, válido para complementar estrutura curricular ou estudos.

O Art. 62 da Resolução Consuni nº 186, de 03 de novembro de 2015 determina quais certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* deverão mencionar a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, no qual devem constar, obrigatoriamente:

Relação das disciplinas, carga horária, conceito obtido pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

Período em que o curso foi realizado e duração total;

Conceito obtido no Seminário de Práticas de Negócios;

Declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições do presente Regulamento;

**Citação do ato legal de credenciamento da Instituição.**

## 8 CORPO DOCENTE

### 8.1 Disciplina, carga horária, nome do docente, titulação, instituição de origem

Andréa Maria Limongi Pasold	932.329.009-25	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Individual do Trabalho - 64h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/1613277316351552">http://lattes.cnpq.br/1613277316351552</a>
Luis Fernando Silva de Carvalho	620.252.012-49	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Processual Civil - 40h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/2896581967949272">http://lattes.cnpq.br/2896581967949272</a>
Desirré Dorneles de Ávila Bollmann	671.676.679-00	MSc.	Prof. CESUSC	Direito Coletivo do Trabalho - 24h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/1419676372407627">http://lattes.cnpq.br/1419676372407627</a>
Carlos Alberto Pereira de Castro	847.313.897-04	MSc.	Prof. CESUSC	Direito Previdenciário – 24h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/2577359791034024">http://lattes.cnpq.br/2577359791034024</a>
Denise Pinheiro	022.911.659-09	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Administrativo – 12h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/1665241913701389">http://lattes.cnpq.br/1665241913701389</a>
Petterson Andrade Arruda	950.270.929-20	Dr.	Prof. UNIPLAC	Metodologia da pesquisa - 12h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/2852830085954184">http://lattes.cnpq.br/2852830085954184</a>
Alessandro da Silva	017.955.819-64	MSc.	Prof. CESUSC	Direito Processual do Trabalho - 48h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/1458867664958210">http://lattes.cnpq.br/1458867664958210</a>
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	846.266.319-91	MSc.	Prof.	Compliance Trabalhista -8h	Prestação serviços	
Karine de Souza Silva	675.668.985-15	Dr <sup>a</sup> .	Prof. UNIVALI	Direito Internacional e Comunitário - 12h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/2759073114468670">http://lattes.cnpq.br/2759073114468670</a>
Ricardo Córdova Diniz	532.827.609-49	MSc.	Prof. UNIVALI	Técnicas e habilidades Trabalhistas - 24h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/8605762164993660">http://lattes.cnpq.br/8605762164993660</a>
Cleber Regian Paganelli	039.039.869-17	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Constitucional – 28h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/2428424096312834">http://lattes.cnpq.br/2428424096312834</a>
Michelle Denise Durieux Lopes Destri	770.614.469-00	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Civil e Relações de Trabalho – 24h	Assoc. AMATRA12	<a href="http://lattes.cnpq.br/1433054762153055">http://lattes.cnpq.br/1433054762153055</a>
Angela Maria Konrath	459.735.710-68	Dr.	Prof. CESUSC	Direitos Humanos – 8h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/4659407334472646">http://lattes.cnpq.br/4659407334472646</a>

Luciana de Carvalho Paulo Coelho	005.750.009-61	Dra	Prof. UNIVALI	Privacidade e Proteção de Dados na Relações de Trabalho – 8h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/2333633966981602">http://lattes.cnpq.br/2333633966981602</a>
Rodolfo Ferreira Pinheiro	028.913.549-40	MSc.	Prof.	Direito Constitucional do Trabalho - 8h	Prestação serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/2428424096312834">http://lattes.cnpq.br/2428424096312834</a>
Gustavo Xavier de Camargo	251.351.198-09	MSc.	Prof.	Inteligência Artificial e novas tecnologias nas relações de trabalho – 8h	Prestação de serviços	<a href="http://lattes.cnpq.br/9092232558724624">http://lattes.cnpq.br/9092232558724624</a>
João Justino Pereira Neto	189.648.855-20	Dr.	Prof.	Português Jurídico – 8h	Prestação de serviços	

## **8.2 Currículo *lattes* resumido dos docentes indicados**

Em anexo

## **8.3 Identificação da Coordenação do Curso**

### **8.3.1 Nome da Coordenadora**

Sabrina Lopes Ern

### **8.3.2 Titulação da Coordenadora**

Mestre

### **8.3.3 Instituição de Formação da Coordenadora**

Uniplac

### **8.3.4 Endereço da Coordenadora**

Rua Leoni de Jesus Croda, Frei Rogério, Lages, SC, 88508-480

## **9 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

Conforme planilha da AMATRA.

## 10 ANEXOS

### Currículo Lattes Resumido

NOME	<b>Peterson Andrade Arruda</b>
TITULAÇÃO	Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação na Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Sociais Uniplac 2000, Pós-Graduação em Economia e Gestão da Empresa Uniplac e MBA em Gestão Empresarial Hospitalar CRA/SC. Professor da Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac.
ATIVIDADE	Atualmente leciona nos cursos de graduação Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Elétrica, Administração e Ciências Contábeis da Uniplac/Lages-SC, nas disciplinas de Gestão de Pessoas, Teoria das Organizações I e II, Economia da Produção, Administração, Plano de Negócios e Marketing Aplicado à Contabilidade. Nos cursos de Pós graduação lato sensu leciona a disciplina de TC. Diretor e consultor da PA Consultoria Empresarial, atuando neste mercado desde o ano 2000.
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/2852830085954184">http://lattes.cnpq.br/2852830085954184</a>

NOME	<b>Andréa Maria Limongi Pasold</b>
TITULAÇÃO	Graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-graduação lato sensu em Direito Civil pela Unisul e Mestrado em Ciência Jurídica pela Univali.
ATIVIDADE	Professora em cursos de pós-graduação da AMATRA12 e de cursos de extensão e capacitação
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/1613277316351552">http://lattes.cnpq.br/1613277316351552</a>

NOME	<b>Marcelo José Ferlin D'Ambroso</b>
TITULAÇÃO	Mestre em Direito Penal Económico, Mestre em direitos Humanos, Doutor em Ciências Jurídicas, Posdoutorando em Direitos Humanos
ATIVIDADE	Pós-graduação da Amatra12
ENDEREÇO	

NOME	<b>Alessandro da Silva</b>
TITULAÇÃO	Doutor em Ciências Jurídicas
ATIVIDADE	Professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/2333633966981602">http://lattes.cnpq.br/2333633966981602</a>

NOME	<b>Cleber Regian Paganelli</b>
TITULAÇÃO	Mestre em Direito do Trabalho
ATIVIDADE	Mestre em Direito do Trabalho (PUC/SP), especialização em Direito do Trabalho, Direito Previdenciário e Direito Constitucional. Advogado e Professor na graduação, Pós-graduação e cursos preparatórios para concurso público e Exame de Ordem.
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/3641427886416459">http://lattes.cnpq.br/3641427886416459</a>

NOME	<b>Luciana de Carvalho Paulo Coelho</b>
TITULAÇÃO	Doutora em Ciência Jurídica
ATIVIDADE	Advogada há 22 anos Professora de graduação e pós-graduação há 20 anos Mestre e doutora em Ciência Jurídica Autora de livros Coordenadora do curso ALG Aprova preparatório para Exame de Ordem Professora do Curso on-line Formação LGPD Consultora em LGPD
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/1458867664958210">http://lattes.cnpq.br/1458867664958210</a>
NOME	<b>Michelle Denise Durieux Lopes Destri</b>



TITULAÇÃO	Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Especialista em Direito Civil pela Universidade Regional de Blumenau - FURB. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Juíza do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 12a Região. Ex-Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2a Região.
ATIVIDADE	Leciona aulas nos cursos de pós-graduação da Amatra12
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/1433054762153055">http://lattes.cnpq.br/1433054762153055</a>

NOME	<b>Carlos Alberto Pereira de Castro</b>
TITULAÇÃO	Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa
ATIVIDADE	Leciona aulas nos cursos de pós-graduação da Amatra12
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/2577359791034024">http://lattes.cnpq.br/2577359791034024</a>

NOME	<b>Denise Pinheiro</b>
TITULAÇÃO	Graduação em Direito pela UFSC Mestrado em Direito pela UFSC Doutorado em Direito pela UFSC
ATIVIDADE	Professora Adjunta do curso de Administração Pública da UDESC/ESAG. Professora na Pós-Graduação da AMATRA12
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/1665241913701389">http://lattes.cnpq.br/1665241913701389</a>

NOME	<b>Ricardo Córdova Diniz</b>
TITULAÇÃO	Mestre em Ciência Jurídica
ATIVIDADE	Sou professor da Univali, Processo do Trabalho e Direito do Trabalho e do Curso de pós-graduação da AMATRA12
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/8605762164993660">http://lattes.cnpq.br/8605762164993660</a>

NOME	<b>Karine de Souza e Silva</b>
TITULAÇÃO	Doutorado pela UFSC

	Mestrado pela UFSC
ATIVIDADE	<p>Professora dos Programas de Pós-graduação em Direito e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ CNPq. Realizou Pós-Doutorado na Katholieke Universiteit Leuven e na Université Libre de Bruxelles, Bélgica. Doutora e Mestre em Direito Internacional pela Universidade Federal de Santa Catarina; Fez Estágio Doutoral na Universidad de Sevilla /Espanha. Fez Pós-graduação lato sensu na Universidad Internacional de Andalucía, Espanha. Professora visitante da Universidade Técnica de Moçambique, da Middlebery University, nos Estados Unidos, Universidade do Minho, em Portugal, da Universidade de Pisa, na Itália, da Universidad de Valladolid, Espanha, entre outras. Atuou como assessora do Gabinete de Transição do Governo Lula, na Pasta de Relações Exteriores. É coordenadora do "América-EIRENE - Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional", e do projeto de extensão "Núcleo de Acolhimento a pessoas Imigrantes e Refugiadas". É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros/ABPN. É professora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados. Tem experiência na área de Epistemologias críticas Decoloniais e afro-diapóricas aplicadas ao Direito Internacional e às Relações Internacionais, com ênfase em: 1) Direito Internacional e Relações Raciais; 2) Raça, branquitude e a de(s)colonização das Relações Internacionais; 3) Diáspora africana, migrações e refúgios</p>
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/2759073114468670">http://lattes.cnpq.br/2759073114468670</a>

NOME	<b>Luis Fernando Silva de Carvalho</b>
TITULAÇÃO	Mestre pela UFSC
ATIVIDADE	Professor em cursos de pós-graduação em Direito. Autor de artigos e de capítulos de livros jurídicos.
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/2896581967949272">http://lattes.cnpq.br/2896581967949272</a>

NOME	<b>Desirré Dorneles de Ávila Bollmann</b>
TITULAÇÃO	Mestre em Ciência Jurídica (Univali)
ATIVIDADE	Ministra disciplina isolada de Direito Coletivo junto a Pós-Graduação de Direito do Trabalho Amatra12. Ministra aula isolada como professora convidada da UFSC
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/1419676372407627">http://lattes.cnpq.br/1419676372407627</a>

NOME	<b>Rodolfo Ferreira Pinheiro</b>
TITULAÇÃO	Doutorando em Direito (UNOESC - Chapecó 2020) Mestre em Direitos Fundamentais Cíveis (UNOESC - Chapecó 2018)
ATIVIDADE	Professor de Direito Administrativo e Constitucional.
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/2428424096312834">http://lattes.cnpq.br/2428424096312834</a>

NOME	<b>Angela Maria Konrath</b>
TITULAÇÃO	Doutoranda em Direito pela UFSC desde 2019. Juíza do Trabalho em Santa Catarina (TRT 12a Região) desde 2005. Professora vinculada na graduação em Direito na Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis CESUSC desde 2012. Professora Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho da Escola Superior da Magistratura do Trabalho desde 2011.
ATIVIDADE	Direitos Humanos
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/4659407334472646">http://lattes.cnpq.br/4659407334472646</a>

NOME	<b>Gustavo Xavier de Camargo</b>
TITULAÇÃO	Mestrado em Direito. Especialização em Direito Digital e Compliance. Especialização em MBA Executivo
ATIVIDADE	Inteligência artificial e novas tecnologias nas relações de trabalho
ENDEREÇO	<a href="http://lattes.cnpq.br/9092232558724624">http://lattes.cnpq.br/9092232558724624</a>

NOME	<b>João Justino Pereira Neto</b>
TITULAÇÃO	Especialista em redação jurídica, professor da Escola do MP e da Escola da Magistratura. Experiência em gramática e redação. Leciona em cursos preparatórios para as carreiras jurídicas e concursos.
ATIVIDADE	Português Jurídico
ENDEREÇO	<a href="#">Não tem</a>